

ARTIGO

História pública e memória LGBTQIA+: reflexões a partir do Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira e do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

Izabela Gomes¹Thiago Rodrigues da Silva²

¹ Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9726-1579>. E-mail: izago-mes2704@gmail.com.

² Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4686-5082>. E-mail: thia-gorsilva235@gmail.com.

Resumo

A temática LGBTQIA+ no espaço acadêmico e na historiografia brasileira se caracteriza como um fenômeno recente. Nos últimos anos, vemos um avanço nas iniciativas através de pesquisadores e pesquisadoras e pelo engajamento dos movimentos sociais, museus, arquivos e demais espaços de preservação da memória e da história. Diante das disputas em torno das políticas de memória e dos direitos humanos, torna-se fundamental refletirmos sobre a função do historiador no tempo presente. Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo discutir as possibilidades da História Pública na preservação e construção da memória LGBTQIA+, analisando o papel dos movimentos sociais, museus, arquivos e centros de documentação na produção de narrativas históricas colaborativas. Para isso, propomos dois movimentos: em primeiro lugar, apresentamos os espaços museológicos enquanto lugares de preservação e produção de memória LGBTQIA+, além da potência para a realização de trabalhos colaborativos em diálogos com os movimentos sociais, a partir de uma experiência com o Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira de Campo Mourão. Em um segundo momento apresentamos o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott vinculado ao Grupo Dignidade de Curitiba enquanto uma possibilidade para se pensar práticas em história pública. Evidenciamos que essas iniciativas contribuem para a elaboração de narrativas plurais e colaborativas, atenta às demandas sociais, bem como a promoção de justiça e reparação.

Palavras-chave: Memória LGBTQIA+. História pública. Museologia. Preservação.

Abstract

The LGBTQIA+ theme in Brazilian academia and historiography is a recent phenomenon. In recent years, we have seen progress in initiatives through researchers and the engagement of social movements, museums, archives, and other spaces dedicated to preserving memory and history. Given the disputes surrounding memory policies and human rights, it becomes fundamental to reflect on the role of the historian in the present time. Therefore, this work aims to discuss the possibilities of Public History in the preservation and construction of LGBTQIA+ memory, analyzing the role of social movements, museums, archives, and documentation centers in the production of collaborative historical narratives. To this end, we propose two approaches: firstly, we present museum spaces as places for the preservation and production of LGBTQIA+ memory, as well as their potential for collaborative work in dialogue with social movements, based on an experience with the Deolindo Mendes Pereira Museum of History, Image and Sound in Campo Mourão. Secondly, we present the Prof. Documentation Center... Dr. Luiz Mott, linked to the Dignity Group of Curitiba, offers a possibility for reflecting on practices in public history. We highlight that these initiatives contribute to the development of plural and collaborative narratives, attentive to social demands, as well as the promotion of justice and reparation.

Keywords: LGBTQIA+ memory. Public history. Museology. Preservation.

1- Introdução

A temática LGBTQIA+ no espaço acadêmico e na historiografia brasileira se caracteriza como um fenômeno recente. Nos últimos anos, esse debate vem sendo proposto por pesquisadores e pesquisadoras que possuem suas pesquisas atravessadas por questões de identidade de gênero e orientação sexual e que divergem dos padrões cisheteronormativos. No âmbito da história pública, o trabalho colaborativo junto aos movimentos sociais, e neste caso, a comunidade LGBTQIA+ ganha destaque a partir de trabalhos de Benito Bisso Schmidt e Marta Rovai. Em 2022, Rovai publicou o livro intitulado *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul mineiro, no qual* não apenas traz mulheres trans e travestis para a obra enquanto fontes, mas as convida a colaborar com a produção de conhecimento histórico a partir de suas memórias.

Vale ressaltar que entre os anos de 2018 e 2022 vivenciamos um período de ataque à democracia e ameaças aos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil. A censura em prol da

“moral e dos bons costumes” a partir dos discursos fundamentalistas e conservadores evidenciou quais grupos possuem direito à história e à memória no país. Exposições foram censuradas, espetáculos ligados à temática foram cancelados, além do fechamento do Museu da Diversidade Sexual em 2022. Segundo Barretto (2024) a censura a espaços e manifestações artísticas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil opera como uma forma de violência simbólica e política.

Apesar do cenário adverso e obscuro em relação às pautas LGBTQIA+ no Brasil, tivemos inúmeras iniciativas voltadas à reflexão e visibilidade da história e memória LGBTQIA+ como forma de resistência e o diálogo entre a universidade, a comunidade e os movimentos sociais. Destaca-se no âmbito acadêmico a realização do simpósio temático denominado “Clio sai do armário: Homossexualidades e escrita da História” durante o Simpósio Nacional de História em 2019 que posteriormente possibilitou a criação da Rede de Historiadorxs LGBTQIA+. Além da criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) em 2020 a partir do trabalho de pesquisadoras e ativistas lésbicas.

Torna-se importante salientar a relevância de outros acervos, museus e espaços de memória como o Museu Bajubá e o Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, o Centro de Referência da História LGBTQIA+ (CLOSE), do Rio Grande do Sul, além do Museu Movimento LGBTI+ (MUMO) do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro, Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri no Ceará e do Acervo LGBT Cintura Fina de Belo Horizonte, Minas Gerais. Também estão se multiplicando os acervos digitais: dentre eles, o blog Um Outro Olhar, o Tropicuir: arquivo transviado e o Acervo Bajuba. Esses e outros projetos surgem do esforço de ativistas que buscam preservar suas histórias e registrar suas experiências.

Nesse contexto, objetivamos com este texto contribuir para as discussões sobre como a história pública pode (e deve) colaborar com o movimento LGBTQIA+, trazendo nossa contribuição não apenas como pesquisadores, mas também membros dessa comunidade. Como afirma Almeida (2016): “As necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública – integrando os membros do movimento e pesquisadores acadêmicos em colaboração” (Almeida, 2016, p. 52). Além das possibilidades de temas de trabalhos em história pública que podem se originar de demandas de movimentos sociais, ressaltamos a importância de nos atentarmos ao que já é realizado por esses grupos não acadêmicos e para o que tem sido feito por pesquisadores da própria comunidade, que são tanto intermediários do diálogo entre academia e movimento social, quanto sujeitos da pesquisa.

Não nos propomos a ser neutros e apolíticos nesse texto (como se isso sequer fosse possível), mas usamos nosso lugar enquanto pesquisadores e ativistas LGBTQIA+ para pautar um debate tão importante como o direito à memória. Concordamos com a autora Grada

Kilomba que, sendo uma mulher negra que trabalha com outras mulheres negras, ressalta a importância de grupos minoritários em reivindicar suas identidades em espaços de produção de conhecimento formal. Afirmar a pensadora:

Se as mulheres negras, bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidas como sujeitos, então também devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos. Esse método de focar no sujeito não é uma forma privilegiada de pesquisa, mas um conceito necessário (Kilomba, 2019, p.82).

Dessa forma, esse texto feito a quatro mãos por dois pesquisadores tem por objetivo discutir as possibilidades da História Pública na preservação e construção da memória LGBTQIA+, analisando o papel dos movimentos sociais, museus, arquivos e centros de documentação na produção de narrativas históricas colaborativas. Trazemos como elementos propulsores da discussão duas experiências que acompanhamos de perto, uma ocorrida em Campo Mourão no interior do Paraná e outra em Curitiba, a capital do estado. Em um primeiro momento, apresentamos os espaços museológicos enquanto lugares de preservação e produção de memória LGBTQIA+, além da potência para a realização de trabalhos colaborativos em diálogo com os movimentos sociais. Essa reflexão parte da experiência de um dos autores junto ao Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira, em Campo Mourão, que evidenciou as possibilidades de aproximação entre instituições de memória e comunidades historicamente marginalizadas. Em seguida, apresentamos o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+), vinculado ao Grupo Dignidade, em Curitiba, através da experiência da autora junto à instituição através das potencialidades da História Pública em acervos comunitários.

2- A memória dos públicos LGBTQIA+ de Campo Mourão e o Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira

A violência contra pessoas LGBTQIA+ se manifesta de diversas formas e através de inúmeras instituições. Longe de delegar um espaço menor às violências físicas, verbais e econômicas as quais muitos de nós somos expostos, nos propomos aqui a realizar uma discussão sobre outro aspecto, que é tanto resultado, quanto gerador e legitimador dessas violências: o

apagamento das histórias e memórias de pessoas dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Essa forma de violência não é atual e gera uma demanda pela criação e preservação de espaços de memória da comunidade LGBTQIA+, como afirmam os pesquisadores Tony Boita e Jean Baptista (2023):

Em geral, herdamos fragmentos das gerações anteriores, memórias perdidas em calabouços tomados de vergonhas. A hereditariedade cultural, tão importante para qualquer grupo social, é, em nosso caso, comprometida por essa violência, arriscando a nos caracterizar como uma comunidade sem memória, o que contribui para nossa vulnerabilidade social. Vivemos, enfim, sem direito à memória (Boita, Baptista, 2023, p.11).

Os museus, acervos e centros de documentação são alguns exemplos de possibilidades de existência para essa história. Esses lugares possuem potência para apresentar narrativas, fatos e sujeitos que rompem com a normalidade heterossexista, que limita as versões da história que são tornadas públicas.

Trazemos para contribuir com o debate, uma experiência com o Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira, de Campo Mourão, no interior do Paraná, surgida através da demanda de movimentos sociais por ocupar espaços que por muito tempo eram restritos a apenas alguns grupos. Uma das razões de trazer essa experiência é a sua localização, longe dos grandes centros urbanos nas quais grande parte das pesquisas sobre as populações LGBTQIA+ costumam abordar. Não ignorando o fato de que nas cidades maiores há variadas possibilidades de vivências relacionadas à sexualidade e gênero, principalmente pela maior quantidade de fontes disponíveis (como vai ser abordado no tópico seguinte), mas reconhecendo que essa diversidade é presente no interior do estado e muitas vezes é deixada em segundo plano.

Em julho de 2023, o museu estava passando por uma reforma, não apenas estrutural como em seu acervo e exposições. A proposta era abordar temas atuais e outras narrativas sobre a história local que não fosse centrada em um discurso de pioneirismo, muito tradicional em cidades do interior do Paraná, como é o caso de Campo Mourão. Apesar de manter grande parte do seu acervo original, o museu dedicou exposições aos mais diversos grupos, trazendo a participação de vários recortes sociais, como trabalhadores, mulheridades e pessoas negras. Fui um dos convidados para colaborar com as mudanças do museu com o dever de levar representatividade da comunidade LGBTQIA+ a esse espaço oficial de memória. Já era um historiador

formado e participava ativamente das ações do Coletivo LGBTQIPN+ de Campo Mourão, organização popular que surgiu no ano de 2018, resultado das movimentações contrárias ao discurso conservador que se popularizou na cidade.

Produzi um breve texto questionando a ausência de pessoas LGBTQIA+ nos espaços de memória oficiais na cidade, com o objetivo de provocar o público do museu sobre a presença (ou a falta dela) de pessoas fora da norma heterossexista. Apesar da participação de uma pessoa LGBTQIA+ (eu, um homem gay) durante o processo de elaboração do painel, não podemos chamar de trabalho colaborativo, elemento basilar da história pública, pois, devido ao curto tempo para entrega do texto (cerca de dez dias), não houve possibilidade de construir coletivamente o conteúdo que ficaria em exposição. Junto ao meu texto, foi adicionado uma fotografia de Manoela, uma travesti negra, já idosa, habitante de Campo Mourão, que construiu sua vida e sua trajetória ao passar das décadas, além de um trecho de uma matéria do jornal local que falava sobre sua atual condição de pessoa em situação de rua, que pouco tempo depois foi acolhida. O resultado foi o seguinte painel:

Imagem 1: Painel sobre as populações LGBTQIA+ de Campo Mourão no Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira.



Fonte: acervo pessoal dos autores

Naquele momento, eu possuía pouco contato com o debate sobre museologia e história pública. Entretanto, podemos ressaltar algumas preocupações em comum entre os dois campos, como a preocupação com o público e a tentativa de colaboração. Ao refletir sobre as possíveis aproximações entre a história pública e os museus, o historiador e curador do Museu do Holocausto de Curitiba, Michel Ehrlich (2023), afirma que:

O museu histórico que pretenda ser um espaço de História Pública precisa ir além do saber enciclopédico e dialogar com o universo de seu público. Com o devido cuidado de evitar armadilhas anacrônicas, as informações devem navegar constantemente entre presente e passado. Isso significa não somente partir do presente para uma melhor compreensão do passado - em que o presente serve de ferramenta didática para acessar o "conteúdo" do passado -, mas retornar ao presente, que serve ao mesmo tempo como ponto de partida e de chegada da reflexão. (Ehrlich, 2023, p. 133-134).

Ao pensar em espaços museológicos como locais de produção e/ou publicização da memória e da história temos que reconhecer a pouca (quando não inexistente) presença de pessoas LGBTQIA+, principalmente de sujeitos racializados. Ao ampliar o acesso em uma tentativa de democratização de espaços de memória oficiais, os museus enfrentam o desafio de acolher e representar os mais diversos públicos, pois estes agora frequentam esses lugares anteriormente dedicados a apenas algumas parcelas da sociedade.

Boita e Baptista (2023), dois pesquisadores do campo da museologia e história LGBTQIA+, publicaram um e-book com base em suas experiências com espaços de memória da comunidade intitulado *Museologia Comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais* (2023) no qual discutem sobre as suas experiências com trabalho colaborativo na construção de museus comunitários, além de produzirem um rico mapeamento das exposições e curadorias em museus por todo o Brasil, destacando os projetos pioneiros e também polêmicos, como o Museu Transgênero de História da Arte (MUTHA) e o Ponto de Memória Aquenda as Indacas. Quanto à ausência ou escassez de pessoas LGBTQIA+ da grande maioria dos museus, os autores afirmam:

Sabemos que a produção acadêmica referente à memória de grupos subalternizados, nas áreas ligadas aos museus e patrimônios, segue sendo um tabu. Associar a categoria sexualidade aos espaços de memória ainda é raro nas produções científicas e quase nulo nos museus brasileiros. Nos mais de três mil museus brasileiros dedicados à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, o tema LGBTQIA+ ainda é negado por seus profissionais. Podemos concluir que os museus e patrimônios são espaços de vocação fóbica à diversidade sexual, contribuindo, com isto, com o cenário de discriminação acentuada vivenciado pelas comunidades LGBTQIA+ no país (Boita, Baptista, 2023, p. 30).

Reconhecendo essa exclusão de narrativas LGBTQIA+ do espaço do museu, não me propus a contar uma história glamourosa ou enfeitada da nossa comunidade, mas, causar no público o questionamento sobre quem tem o direito a ocupar determinados lugares em nossa sociedade. Antes da reforma, o Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira de Campo Mourão já havia sido alvo de críticas por parte de colegas historiadores por reproduzir uma narrativa considerada ultrapassada, focada na ocupação da cidade, em famílias pioneiras e em antigos prefeitos. Então, via com otimismo as modificações que estavam acontecendo, mesmo que ainda limitadas.

Logo que o museu foi reaberto, ainda no ano de 2023, começaram as críticas, não de pessoas que questionavam a presença de famílias tradicionais da cidade, mas, de conservadores que não aceitavam a presença de Manoela, uma travesti negra, em um espaço de destaque. Me

recordo de passar os dias seguintes à reinauguração do museu inseguro sobre a permanência do painel, e revoltado com os discursos de ódio que estavam sendo feitos nas redes sociais. Não vou reproduzir os ataques de conservadores, reacionários e transfóbicos, mas o cerne das ofensas era a deslegitimação da trajetória de vida de Manoela, questionando o que ela teria feito de “bom” para a história do município. Antes da presença de uma pessoa LGBTQIA+ negra, as narrativas em exposição no Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira de Campo Mourão raramente eram postas em dúvida quanto ao mérito dos indivíduos.

Os ataques à Manoela não se limitaram às redes sociais. No período eu estava trabalhando com atendimento ao público, e mais de uma vez, me vi frente a pessoas que levantaram essa questão como um grande demérito do museu, inclusive por parte de indivíduos que sequer conheciam o museu. A repercussão pública foi tanta, que foi feito na Câmara de Vereadores de Campo Mourão o Requerimento nº 301/2023, que solicitava formalmente respostas da coordenação do museu sobre as contribuições de Manoela. Participei da elaboração do texto em resposta, sendo baseado nas definições dos órgãos nacionais e internacionais sobre a obrigação de temas sobre diversidade e pluralidade nos espaços museológicos.

O Requerimento nº 301/2023 não é um caso isolado em Campo Mourão, pois graças à Câmara de Vereadores, temos em vigência na cidade uma lei que proíbe o uso de pronomes neutros na rede básica de ensino (Lei nº 4591 de 15 de dezembro de 2023) e outra que proíbe o uso de banheiro por pessoas trans, seja em estabelecimentos públicos ou privados (Lei nº 4651 de 1º de março de 2024), refletindo o cenário nacional e internacional de ataques à populações LGBTQIA+ através das instituições de poder público.

Apesar de exposições temporárias e até mesmo fixas sobre pessoas LGBTQIA+ serem recentes, já há um movimento institucional coletivo que incentiva e reflete sobre essas possibilidades de produções de conhecimento histórico. Para exemplificar a potência que o trabalho de uma museologia LGBTQIA+ tem ao construir diálogos com os movimentos sociais, trago o Museu da Diversidade Sexual (MDS) e o Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri (MMDSCariri). O primeiro, também chamado de MDS, é o primeiro museu da América Latina (mais especificamente em São Paulo) dedicado à memória e aos estudos da diversidade sexual e de gênero e tem o objetivo de humanizar e difundir a cultura LGBTQIA+. Já o MMDSCariri se encontra no nordeste brasileiro, saindo do eixo Rio-São Paulo, e é destinado à memória, à Arte e à cultura, ao acolhimento, à valorização da vida, ao agenciamento e ao desenvolvimento de pesquisas envolvendo a memória da população LGBTQIA+. Os dois espaços não apenas dedicam exposições sobre os temas da diversidade sexual e de gênero, mas também contam com a colaboração de pessoas da comunidade, que constroem conhecimento histórico que se

preocupa com a manutenção dos direitos humanos, tendo como objetivo pesquisar, armazenar, conservar e criar a partir das memórias de pessoas e do movimento LGBTQIA+.

Essas ações que se baseiam na defesa dos direitos humanos em museus, podem encontrar um grande campo fértil quando feitas em diálogo com a história pública, pois, além da preocupação com a recepção das audiências e de sua ampliação, um dos centros de gravidade deve ser o trabalho colaborativo, sendo resultado da construção de projetos desenvolvidos entre movimentos sociais, ativistas e historiadores. Pensando nisso, Boita e Baptista (2023) apresentam em sua proposta de Museologia Comunitária LGBTQIA+, uma possibilidade de grande potência para pensarmos na construção de espaços museológicos voltados à comunidade em questão. Afirmam os autores:

Assim, entendemos a Museologia Comunitária LGBTQIA+ como uma epistemologia que afeta o campo museológico brasileiro hétero, branco, racista e classista. Também a entendemos como uma alternativa aos esforços de gays brancos, sobretudo aqueles dispostos a serem chaveirinhos de hêteros, em tentar nos apagar. A Museologia Comunitária LGBTQIA+ é comprometida não apenas com dissidência sexual, mas também com a superação do racismo, classicismo, escravagismo e outras formas brancas de destruir o país (Boita, Baptista, 2023, p.12).

Entre as possibilidades de se trabalhar Museologia Comunitária LGBTQIA+ estão os projetos em história oral. Mais do que uma metodologia de entrevistas e gravação de áudios, a história oral viabiliza o trabalho colaborativo ao pôr o pesquisador em contato direto com os sujeitos da pesquisa, o que aproxima o campo à história pública, pois as duas áreas estão preocupadas com a construção em conjunto com os públicos diversos.

Desde os primeiros trabalhos sobre história pública no Brasil, os autores ressaltam a proximidade com a história oral, muitas vezes tratada como sua “prima-irmã” (Santhiago, 2016), e como uma contribui com a outra. A historiadora Marta Rovai (2023) traz que:

E a história oral em sua dimensão pública pode contribuir, dentro e fora da Academia, para a mediação de falas e para reafirmar existências, uma vez posicionada e preocupada em produzir comunidades de escutadores/ as, configurando-se como prática reflexiva que conjuga ciência e engajamento público. (ROVAI, 2023, p. 52).

Assim, é possível utilizar da história oral e da história pública para produzir conhecimento com os movimentos sociais, através do trabalho colaborativo, pensar como os mais diversos públicos estabelecem contato com esses conhecimentos, observar como a ampliação das audiências pode contribuir com a defesa dos direitos humanos, além de refletir sobre o que os

próprios movimentos têm produzido, seja por profissionais que também são ativistas, ou por formas não formais de produção e divulgação da memória.

Apesar de minha experiência com o Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira não ser um grande exemplo de trabalho colaborativo por conta do tempo, que me tirou a possibilidade de realizar ações em conjunto com a comunidade LGBTQIA+, o debate público gerado foi de grande relevância, movimentando parte da população local em prol da defesa ou do ataque à permanência de uma narrativa que foge da norma heterossexista. Ao trabalhar com museus, realizamos uma ação de divulgação histórica, que está sujeita às mais diversas reações, tanto em espaços virtuais, cada vez mais presentes, principalmente para minorias sociais que sofrem crimes de ódio, como nos espaços institucionais, ocupados em grande parte por políticos conservadores e reacionários.

3- Caminhos para uma história pública a partir do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

“Nossas histórias foram apagadas, preteridas e nossas contribuições foram omitidas. Hoje, agora, vivemos com orgulho os sonhos de nossas ancestrais” (Revista Híbrida, 2022). Com essas palavras Bruna Benevides, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), nos confronta a pensar sobre o processo de apagamento de indivíduos historicamente subalternizados e a luta pelo reconhecimento dessas histórias no presente e no futuro. Nesse sentido, somos levados a questionar sobre quem tem direito à memória. Sabemos que as narrativas oficiais foram construídas a partir do silenciamento de corpos dissidentes sistematicamente apagados, criminalizados e patologizados. Desse modo, a memória é um processo de constante negociação e disputas de poder a respeito do que deve ou não ser lembrado (Pollak, 1989).

Segundo o historiador Benito Bisso Schmidt (2024) a história queer, enquanto estudo das dissidências de sexo e gênero, já nasceu com um caráter público. Antes mesmo de ser incorporada à academia, já era impulsionada por militantes do movimento LGBTQIA+ desde a década de 1970, quando viam na preservação da história e da memória um mecanismo essencial para conscientizar as futuras gerações e fortalecer a luta por direitos e cidadania. Nessa esteira, a existência de arquivos e acervos LGBTQIA+ no Brasil como espaços que visam a preservação da história desse movimento é uma importante ferramenta de visibilidade e articulação desses grupos (Barbosa, Oliveira, 2024).

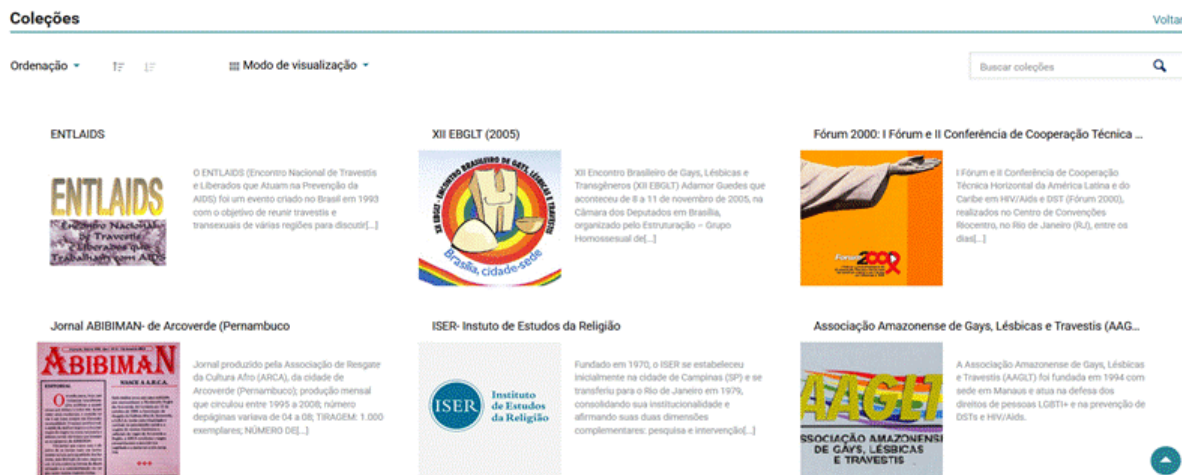
No Paraná, esse movimento de preservação da memória e história LGBTQIA⁺ surge a partir de iniciativas realizadas pelo Grupo Dignidade. Fundado em 1992, a instituição busca desde os dias atuais a luta pela cidadania e pelos direitos da população LGBTQIA⁺. Em 14 de dezembro de 2007 inauguraram o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, mais conhecido como CEDOC LGBTI⁺, recebendo esse nome em homenagem ao antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) em 1980 e ativista do movimento homossexual brasileiro.

A iniciativa surgiu a partir da compreensão dos fundadores do Grupo Dignidade, Toni Reis e David Harrad, sobre a importância de constituir um espaço dedicado à salvaguarda da história do movimento e das vivências LGBTI⁺ no Brasil. Tal entendimento foi fortalecido por experiências anteriores em outros países, como o Homodok-lesbisch Archief Amsterdam - IHLIA (1998) e a “LGBTQ+ Collection” da University of Southern Maine (2006). Ter acesso a esses acervos permitiu evidenciar o papel fundamental da memória na promoção dos direitos e da cidadania dessa população no Brasil.

O acervo conta com diferentes suportes incluindo livros, jornais, revistas e produções acadêmicas como artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, além de CDs, DVDs, fotografias, folhetos, cartazes e documentos vinculados a grupos, projetos e ações do movimento LGBTI⁺ no país. Também abrange conteúdos relacionados a áreas como educação, direitos humanos, saúde e prevenção de ISTs/DSTs e HIV/Aids, com materiais de origem nacional e internacional.

Desde sua inauguração, o CEDOC LGBTI⁺ apresentou como objetivo a aproximação entre a comunidade LGBTQIA⁺ e a academia, isto é, com estudos, pesquisas e produção de conhecimento acerca do movimento historicamente. Esse processo trouxe a profissionalização do Dignidade com o objetivo de “facilitar o acesso às informações para profissionais de educação, saúde, estudantes universitários” (Grupo Dignidade, 2008, p. 49).

Em 2010, por meio do projeto “Restauração do Jornal Lâmpião da Esquina”, foram restauradas as edições físicas do periódico, além da digitalização das 41 edições que passaram a ser disponibilizadas online. O Lâmpião da Esquina foi o primeiro jornal da imprensa alternativa de alcance nacional, sendo uma fonte histórica fundamental para compreender a trajetória e as lutas do movimento LGBTI⁺ no Brasil. Atualmente o acervo digital conta com mais de 80 coleções com materiais de grupos LGBTQIA⁺ de diferentes regiões do país, além de periódicos, cartazes, folders, cartilhas dentre outros. Esse processo de democratização do acesso a pesquisadores possibilitou a realização de diversas pesquisas em diferentes áreas do conhecimento (Gonçalves, 2025).

Imagem 2: Acervo Digital do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC LGBTI+)

Fonte: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/colecoes/>

Diante disso, entendemos que através da história pública os historiadores e historiadoras são convocados e direcionados a se fazerem presentes em novos espaços, para além da academia e do ambiente escolar, atuando com novos públicos na efetivação do conhecimento histórico. Nesse diálogo com os movimentos sociais, a história pública serve como estratégia de luta e identidade coletiva sendo uma ferramenta para a efetivação de políticas públicas, de memória e reparação (Santhiago, 2011; Almeida, 2016).

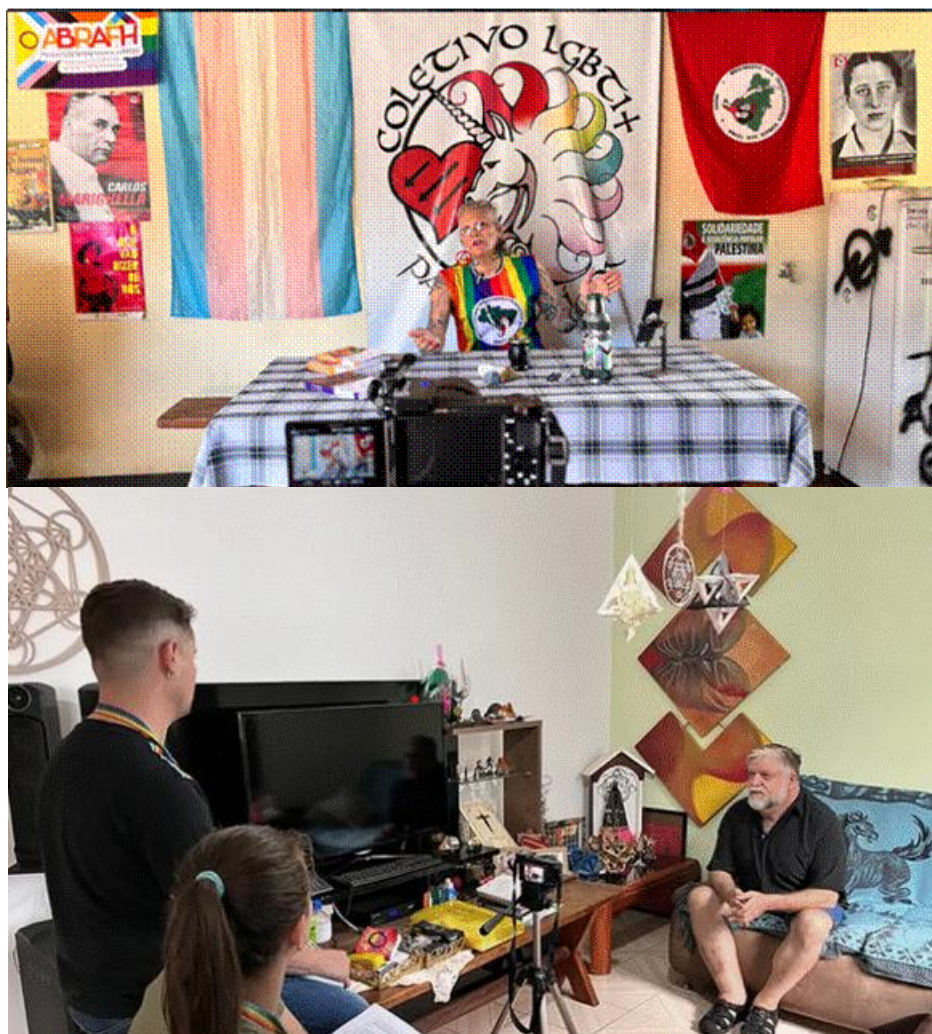
Sabemos dos desafios para a construção de uma história pública queer em um país marcado pela atuação de grupos ultraconservadores. O apagamento dessas pautas no campo institucional expõe a escassez de recursos e a ausência de políticas públicas voltadas ao financiamento de acervos e arquivos LGBTQIA+, o que compromete a formação de equipes especializadas e a aquisição de materiais (Colaço, 2021). Além disso, assim como ocorre em outros espaços semelhantes, o Cedoc LGBTI+ se constitui como um acervo comunitário, formado majoritariamente por doações de grupos históricos como é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB) que doou parte de seu acervo e a coleção de obras de arte do multi artista curitibano Nelson Padrella.

Apesar dos ataques constantes enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ vemos inúmeras iniciativas de reflexão e visibilidade acerca da memória desses grupos. Na elaboração de uma história a contrapelo no Paraná, o Cedoc LGBTI+ em parceria com o Museu de Imagem e Som e o Acervo Bajubá desenvolveu a exposição *Memórias da (r)existência LGBTI+ no Paraná* em 2023 com o intuito de apresentar as narrativas de pessoas LGBTI+ paranaenses através de temas como o discurso médico, os movimentos sociais, a luta contra o HIV, a produção

cultural e artística. No mesmo ano, também contribuiu com o evento *Memória, resiliência e orgulho: a comunidade LGBTQIA+ no período do Holocausto e na contemporaneidade* em parceria com o Museu do Holocausto através da 17ª primavera dos Museus. O intuito era promover o reconhecimento das múltiplas formas de violência sofridas pela comunidade ao longo da história.

Em 2024 o Grupo Dignidade em parceria com a Itaipu Binacional, deu início ao projeto *Paraná Mais Diversidade*. A iniciativa visa promover a inclusão e a cidadania da população LGBTI+ em dez cidades do Paraná: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Cascavel, Foz do Iguaçu e União da Vitória. Dentre os eixos, o de Patrimônio e Cultura busca a valorização e preservação da história e cultura LGBTI+ a partir do reconhecimento e a celebração das contribuições dessa comunidade para a sociedade. Em 2025, foram realizadas entrevistas com ativistas que integram e integraram o movimento LGBTQIA+ no Estado. Como resultado, as entrevistas estão sendo disponibilizadas nas redes sociais do projeto além de comporem a produção de uma exposição itinerante que busca evidenciar o protagonismo desses sujeitos na construção da memória coletiva. Esse processo permite a ampliação e a divulgação do conhecimento histórico e se desenvolve em diálogo com a história oral sendo um caminho para se pensar as demandas sociais com os públicos e por meio deles pensar o espaço político e democrático (Almeida, 2016; Rovai, 2018).

Imagem 3: Entrevistas com ativistas e militantes do movimento LGBTQIA+ no Paraná



Fonte: acervo CEDOC LGBTI+

Além dessas ações, o CEDOC LGBTI+ tem atuado em diálogo com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 2023 através da participação no projeto de extensão “Percurso LGBTI+ em Curitiba” em parceria com Acervo Bajubá. O projeto propõe um roteiro guiado por pontos históricos relacionados à comunidade LGBTQIA+ na cidade, com foco na memória urbana e nas práticas de sociabilidades. Essas iniciativas, enquanto práticas de história pública, contribuem para refletirmos sobre nosso papel como historiadores e sobre as possibilidades de construção de uma história colaborativa em conjunto com a comunidade LGBTQIA+.

Considerações finais

No decorrer deste texto buscamos apresentar e refletir acerca das possibilidades de produção e valorização das memórias dissidentes através da relação entre a história pública e o

movimento LGBTQIA+. Apesar de vivenciarmos retrocessos democráticos e a censura institucionalizada, vemos um avanço de iniciativas sobre a temática LGBTQIA+ tanto por meio da atuação de pesquisadores e pesquisadoras quanto pelo engajamento com os movimentos sociais, museus, arquivos e demais espaços de preservação da memória e da história.

As experiências aqui mencionadas apresentam diferentes caminhos para a construção e publicização das memórias dissidentes. No caso do Museu de História, Imagem e Som, Deolindo Mendes Pereira observamos uma iniciativa desenvolvida no interior de uma instituição pública de memória já consolidada, marcada pela tentativa de ampliar narrativas historicamente excludentes e incorporar sujeitos LGBTQIA+ frente aos discursos hegemônicos oficiais. Ainda que essa experiência tenha possibilitado visibilidade para trajetórias até então ausentes dos espaços institucionais, ela também revelou os limites e as tensões que acompanham esse processo, expressos nas reações conservadoras, nos questionamentos sobre a legitimidade dessas presenças e nas disputas políticas em torno do direito à memória.

Por outro lado, o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott - CEDOC LGBTI+ nasce da preocupação da própria comunidade LGBTQIA+, construída a partir das demandas, da busca por reconhecimento do movimento social e da necessidade de preservar histórias silenciadas. O acervo, as exposições, projetos de história oral e ações educativas demonstram uma atuação fundamentada na participação comunitária, na colaboração entre ativistas, pesquisadores e instituições parceiras e na construção de narrativas produzidas a partir dos próprios sujeitos envolvidos.

Apesar dos contextos diferentes, ambas as experiências evidenciam que a memória LGBTQIA+ permanece atravessada por disputas de poder acerca de quem deve ou não ser lembrado e quais histórias são consideradas legítimas no espaço público. Em segundo lugar, demonstra que a História Pública oferece instrumentos fundamentais para aproximar universidade, movimentos sociais, instituições de memória e diferentes públicos, favorecendo a democratização do conhecimento histórico. Dessa forma, a história pública para além de ser feita *dos* sujeitos dissidentes deve ser feita *com* eles, assumindo um caráter colaborativo (Santhiago, 2016). Pensar a memória pública LGBTQIA+ é também refletir acerca da justiça social e da construção de políticas públicas efetivas dentro dos aparelhos institucionais. Esses aspectos nos fazem refletir acerca do nosso papel e compromisso enquanto historiadores ao dialogar com o movimento LGBTQIA+.

A emergência de vozes historicamente marginalizadas torna possível e necessário a elaboração de uma “história pública-denúncia” (Rovai, 2023), ou seja, formas de se pensar e construir conhecimento histórico de modo a denunciar as diversas formas de violência que minorias

sociais sofrem. Os trabalhos apresentados nesse texto explicitam a potencialidade de projetos construídos e realizados em diálogos entre pesquisadores e movimentos sociais, principalmente quando os profissionais atuam diretamente em conjunto aos grupos minoritários em questão. Ao reivindicar a presença de pessoas LGBTQIA+ nos espaços formais de memória (acervos, museus, etc.), reiteramos nosso compromisso por uma ciência engajada na defesa dos direitos humanos, constantemente atacados por grupos reacionários.

Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-55.
- BARRETTO, Anderson Gomes Paes. **Necroperformatividade**: a morte da representação dos corpos LGBTI+. 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.
- BARBOSA, Paula Silveira; OLIVEIRA, Augusta Silveira de. Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB): o “levante da memória” e a construção de uma rede dissidente. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 9, n. 4, 2024.
- BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. Museologia comunitária LGBTQIA+. In: BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean (orgs.). **Museologia comunitária LGBTQIA+ e outros ensaios queer interseccionais** [livro eletrônico]. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023. p. 9-13.
- CAMPO MOURÃO (PR). **Lei nº 4.591, de 15 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o direito ao aprendizado da Língua Portuguesa e proíbe a utilização e o ensino da linguagem neutra ou não binária na educação básica pública e privada no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná. Campo Mourão: Câmara Municipal, 2023.
- CAMPO MOURÃO (PR). **Lei nº 4.651, de 1º de março de 2024**. Dispõe sobre a proibição da instalação, adequação e uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em estabelecimentos públicos e privados no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná. Campo Mourão: Câmara Municipal, 2024.
- COLAÇO, Rita de Cássia Rodrigues. Cidadania Cultural LGBT: um direito sem efetividade. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 20, p. 82–101, 2021.
- EHRlich, Michel. Museu e história pública: possibilidades, dilemas e desafios. In: PEREIRA, Márcio José (org.). **História pública: entre conceitos, lugares e experiências**. 2023. p. 126-146.
- GONÇALVES, Alisson. *Jornal Lampião da Esquina (1978-1981): a luz da identidade gay no Brasil ditatorial*. Cachoeirinha: Editora Fi, 2025.

GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de dignidade – contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

LACERDA, Nara. Brasil teve quase 300 mortes violentas por LGBTfobia em 2024. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtphobia-em-2024/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MUSEU DA MEMÓRIA E DIVERSIDADE SEXUAL DO CARIRI. **Visite Museus**. Disponível em: <https://visite.museus.gov.br/instituicoes/museu-da-memoria-e-diversidade-sexual-do-cariri>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PARANÁ MAIS DIVERSIDADE. **Instagram: perfil oficial** [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.instagram.com/paranamaisdiversidade>. Acesso em: 24 jul. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

REVISTA HÍBRIDA. Vivemos o futuro que nossos antepassados LGBTQ+ sequer sonharam. **Revista Híbrida**, edição 10 – Futuro, 2022. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/revista/edicao-10-futuro/futuro-lgbt-trans/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia. **História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 184-196.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul mineiro**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans. **História Oral**, v. 26, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2023.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: a gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre história pública no Brasil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SCHMIDT, Benito Bisso. Introdução: história queer e história pública. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **História pública e queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024. p. 69-87.

SCHMITZ, Beto. Observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil, 2025 [recurso eletrônico]. CEDOC — Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, 16 jan. 2026. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2026/01/16/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil-2025/>. Acesso em: 04 fev. 2026.

SOBRE O MUSEU DA DIVERSIDADE SEXUAL [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.museudadiversidadesexual.org.br/sobre>. Acesso em: 25 jul. 2025.